



INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR “PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA
NEVES”

JOSIANE MELO DE CARVALHO

**A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DOS ALUNOS DAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

SÃO JOÃO DEL REI

2015

JOSIANE MELO DE CARVALHO

**A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DOS ALUNOS DAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia
do IPTAN como requisito parcial a Conclusão de
Curso, sob orientação da Prof^a Jacqueline Sade
Tayer

SÃO JOÃO DEL REI

2015

JOSIANE MELO DE CARVALHO

**A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DOS ALUNOS DAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia
do IPTAN como requisito parcial a Conclusão de
Curso, sob orientação da Prof. Jacqueline Sade
Tayer

COMISSÃO EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. Jacqueline Sade Tayer

Prof^a. Raquel Auxiliado Borges

SÃO JOÃO DEL REI

2015

AGRADECIMENTO

Ao meu pai Enisio e minha mãe Rodneia, pela estrutura familiar arrojada e ensinamentos necessários de nunca desistir da luta, aos meus irmãos e a minha avó meu eterno obrigado por ter me apoiado, meu namorado pelas presenças constantes.

Às minhas amigas que foram tão importantes na minha vida acadêmica, obrigado pelo incentivo e pelo apoio constante.

À minha orientadora Jacqueline e ao professor Heberth pelo apoio e inspiração no amadurecimento e conceitos que me levaram a execução e conclusão desta monografia.

Dedicatória

A Deus, pelo dom da vida, pela capacitação concedida por ele, sem a qual não poderia ter sido realizada a presente pesquisa, por sua presença constante em minha vida e por tornar tudo possível.

RESUMO

O processo de alfabetização e de letramento das crianças nas séries iniciais é de grande importância uma vez que se entende que eles constituirão a base de todo o aprendizado que será construído no futuro das crianças. Diante disso, a presente pesquisa optou por investigar qual a importância da participação da família no processo de alfabetização e letramento das crianças. Isso uma vez que se entende que os pais podem ser colaboradores nesse processo, de forma a permitir que a aprendizagem do aluno ocorra da melhor forma possível. Sendo assim, optou-se pela realização de um estudo de caso. O mesmo desenvolveu-se em dois momentos distintos: primeiramente, foi feita uma pesquisa bibliográfica sobre o assunto e, num segundo momento, procedeu-se a aplicação de questionários semiestruturados a pais e professores. A pesquisa foi realizada em uma escola da rede privada que atende crianças das séries iniciais do Ensino Fundamental. A pesquisa foi desenvolvida junto aos pais e professores e ao final, constatou-se que ambos reconhecem que a família pode contribuir de forma positiva no processo de alfabetização e letramento das crianças.

Palavras-chave: Família. Alfabetização. Letramento. Aprendizagem.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Acompanhamento nas tarefas	25
Gráfico 2: Dificuldades na realização de tarefas de casa.....	26

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I - RELAÇÕES FAMILIARES, SOCIAIS E ESCOLARES: PARCERIAS ESSENCIAIS	10
1.1 Entendendo as relações entre família e escola	10
1.2 Mudanças na configuração familiar e na escola nos últimos anos	12
2. CONCEITUANDO A ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO	17
2.1 A alfabetização	17
2.2 Letramento	19
2.3 Diferenças entre alfabetização e letramento	20
2.4 A alfabetização na perspectiva do letramento	22
3. IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DAS CRIANÇAS DAS SÉRIES INICIAIS	24
3.1 Metodologia	24
3.2 Coleta de dados	24
3.3 Análise dos resultados	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS	31

INTRODUÇÃO

Uma das etapas mais importante do processo de escolarização das pessoas, corresponde à alfabetização. Nesse momento, a criança irá aprender como construir a linguagem escrita, e a interpretá-la. Contudo, o que se sabe, é que isso tem sido considerado pouco.

De algumas décadas pra cá, a alfabetização tem caminhado junto com um outro processo, tão importante quanto, que é o letramento. Entende-se que, por meio do letramento, o indivíduo se torna capaz de conferir sentido àquilo que escreve e lê, fazendo de fato, o uso da linguagem. E não apenas isso! Compreende-se ainda que a alfabetização e o letramento se constituem num importante instrumento capaz de permitir que as crianças possam ir além e com a ajuda deles, construir conhecimentos cada vez mais importantes e significativos.

Entende-se, portanto, o letramento como um processo de grande valia, pois a cada dia o que se nota é a sociedade mais e mais inserida num contexto de informação. E essa informação deve ser bem utilizada por todos, até mesmo para a real inserção na sociedade.

Reconhecendo, pois, a importância da alfabetização e do letramento como fundamentais elementos no processo de escolarização, o trabalho que aqui se apresenta tem por objetivo investigar qual a importância da participação da família no processo de alfabetização e letramento das crianças. Isso uma vez que se entende que os pais podem ser colaboradores nesse processo, de forma a permitir que a aprendizagem do aluno ocorra da melhor forma possível.

Partindo então da seguinte questão: “de que maneira os pais podem contribuir para o processo de alfabetização e letramento dos filhos alunos das séries iniciais?” optou-se pela realização de um estudo de caso, com vistas ao alcance do objetivo inicialmente proposto.

Acredita-se que o presente trabalho se justifique inicialmente pela importância que a alfabetização e o letramento representam para a vida escolar do aluno, da mesma forma que se percebe o quanto a participação dos pais na vida escolar dos alunos tem sido valorizada e estimulada. Entende-se também que esse tema represente apenas o início de uma série de outros pontos que podem ser

aprofundados em pesquisas futuras, servindo ainda de material interessante para apreciação de professores.

Antes, porém, de se desenvolver o estudo de caso, tratou-se de se desenvolver os capítulos iniciais desse estudo de forma a compor um referencial teórico capaz de subsidiar as questões levantadas. Dessa maneira, o capítulo inicial tratou de abordar as relações familiares, sociais e escolares, demonstrando que cada uma delas é importante para o indivíduo não somente na escola, mas também por toda a sua vida.

Já o segundo capítulo aborda diretamente a questão da alfabetização e do letramento. Primeiramente, apresentando para a diferença e a importância deles na vida das pessoas.

O terceiro e último capítulo traz o estudo de caso realizado em uma escola filantrópica, realizado a partir de questionários semiestruturados, apresentando ainda os resultados que foram obtidos a partir da análise do que foi aqui levantado.

CAPÍTULO I

RELAÇÕES FAMILIARES, SOCIAIS E ESCOLARES: PARCERIAS ESSENCIAIS

Neste capítulo discutiremos o conceito de família e suas transformações, as relações entre família e escola, a partir de estudos do campo da sociologia da educação. Explorando, deste modo, as novas abordagens da escolarização nas diferentes camadas sociais produzidas pelas pesquisas mais recentes.

1.1 Entendendo as relações entre família e escola

A proposta de se ampliar a relação de parceria entre família e escola não é recente. Observa-se que essa proposta tem ganhado força atualmente nas pesquisas em educação.

O tema também tem sido bastante explorado na mídia, que defende a ideia de que a maior participação da família na escola pode ser um fator determinante na promoção do sucesso escolar.

Nas últimas décadas do século XX, a globalização, a revolução tecnológica, e o maior acesso aos meios de comunicação criaram novos costumes e demandas. Nas grandes cidades, os altos índices de criminalidade e os conflitos sociais causam impactos na vida das famílias e na rotina das escolas, especialmente das escolas públicas.

Ao mesmo tempo, a busca pela qualidade do ensino parece abrir espaço para o maior entendimento e cooperação entre escola e família. Mudanças de ordem econômicas, sociais e culturais deram margem a uma série de reorganizações familiares e de práticas educativas, no entanto de tais mudanças não terem reduzido as funções educativas das famílias. Pelo contrário, se ampliaram e a tornaram complexas tendo em vista a inserção do jovem e sua estreita relação com a formação escolar (ZAGO, 2012).

Tais mudanças sociais refletiram nos costumes e na intimidade familiar. Em 1973, com a aprovação da lei do divórcio (lei nº 5.859/73), o aumento da escolaridade feminina e à inclusão dessa parcela da população no mercado de trabalho, cresceu o número de famílias monopaternais, ou seja, famílias compostas por apenas do pai

ou da mãe, e de famílias compostas - aquela que é constituída pelos pais e os seus filhos, mas que conta com integrantes que mantêm vínculos consanguíneos com apenas um dos pais- ou recompostas - famílias em que um dos membros do casal ou os dois têm filhos de relacionamentos anteriores.

Com o aumento dos divórcios e separações, bem como a contínua inserção da mulher no mercado de trabalho, novos padrões de comportamento e relacionamento familiar têm sido criados e o modelo familiar já não obedece mais ao modelo nuclear tradicional (SINGLY, 2007).

Outra transformação relacionada ao fenômeno social família-escola foram os canais de transmissão de herança aos filhos (terras, dinheiro, patrimônios) que se reduziram e hoje os filhos dependem mais do capital escolar. Os estudos atuais reforçam a importância da educação verificada em classes populares e a grande demanda pelo prolongamento dos estudos, sendo esta uma necessidade atual para responder às mudanças do mundo do trabalho, à urbanização da sociedade brasileira e às mudanças nas políticas educacionais de expansão do sistema escolar (ZAGO, 2012). Mas para exemplificar a ideia de transmissão ou herança familiar, seja ela material ou simbólica, cabe ressaltar as análises de alguns autores.

Nogueira (2005) compreende família enquanto transmissora de uma herança seja ela simbólica ou real, que tem uma intrínseca relação com o êxito dos filhos.

Setton (2005, p.82) coloca que estamos habituados a atribuir a concepção de “transmissão” aos valores atribuídos à família, no entanto, esse ato por si só não explica a apropriação e a reprodução nos indivíduos. Há uma série de fatores como as disposições econômicas, a ordem doméstica, a autoridade familiar e ainda as formas de investimento pedagógico que não só alteram como também constituem a configuração familiar.

Essa discussão não está separada da prática, uma vez que, tanto as escolas quanto as políticas educacionais e a mídia defendem a necessidade de um maior diálogo entre família e escola.

Zago (2012), no entanto, ressalta que ainda são poucos os estudos teóricos e práticos que problematizam a temática.

Uma vez que, embora as políticas públicas de Educação estimulem a interação entre família e escola, a presença das famílias no espaço escolar não acontece de fato, já que existe uma idealização da parceria entre essas duas instituições, essa aparente parceria toma lugar nos eventos e reuniões promovidas

pela escola e não havendo, deste modo uma autonomia das famílias no que refere-se a sua relação com a escola.

No que se referem às estratégias utilizadas pelas famílias atualmente, diversos trabalhos analisam os diferentes efeitos das práticas educativas familiares sobre as trajetórias escolares dos alunos. Constatando que as estratégias definem os destinos escolares muito mais do que a origem social, mesmo que as duas variáveis estejam em correlação. (NOGUEIRA, 2005)

1.2 Mudanças na configuração familiar e na escola nos últimos anos.

A configuração familiar vem passando por diversas alterações ao longo dos anos e para acompanhar tais mudanças o conceito de família vem se adaptando. É importante destacar que não há um formato familiar ideal, porque são várias as combinações e formas de interação entre os indivíduos que constituem os diferentes tipos de famílias contemporâneas, tais como: nuclear tradicional, homossexual, monoparental, dentre outras combinações.

Carvalho (2004) defende que as transformações nas formas de organização das famílias atuais e as suas conseqüências são importantes para entendermos as relações família-escola. Para tanto, faz-se necessário entendermos os processos pelos quais a família, a escola e a política brasileira vêm passando ao longo das últimas décadas.

No início do século XX (1889-1930) foram criados os grupos escolares, que seguiam um modelo de educação moderna em contraposição ao modelo de educação doméstica vinculada ao papel das famílias, que organizavam-se em grupos de parentes ou vizinhos a partir de uma iniciativa privada.

A educação doméstica, na década de 30, dava espaço a um modelo educacional conectado aos valores culturais e ideológicos republicanos. Aos pais não cabia apenas a incumbência de levar os filhos à escola, uma vez que, o Estado passava a exigir novos comportamentos das famílias, regulando hábitos como os de saúde, higiene e educação (MAGALDI, 2007, p. 21).

Com o início da Era Vargas na década de trinta, o papel da família na educação de seus filhos foi perdendo sua legitimidade. Segundo Magaldi (2007) as

décadas de 20 e 30 foram caracterizadas por uma sociedade comprometida com a continuidade, inclusive no que diz respeito ao lugar da mulher em seu interior.

No entanto, a ideia de que a família não deveria ser responsável pela educação dos filhos parecia não ser universal. Havia aqueles empenhados em resgatar a atuação da família e da comunidade na função de educar. Dentre eles destaca-se a atuação de Armanda Álvaro Alberto e Cecília Meireles¹, para as autoras tanto os alunos quanto as famílias eram agentes fundamentais no processo educativo.

É necessário esclarecer que para os escolanovistas², cujas ideias não são as mesmas de Cecília e Meireles e de Armanda Álvaro Alberto, a família seria o

[...] quadro natural que sustenta socialmente o indivíduo, como o meio moral em que se disciplinam as tendências, onde nascem, começam a desenvolver-se e continuam a entreter-se as suas aspirações para o ideal (MANIFESTO, 1932, p. 193).

E a partir dessa concepção, no que se refere ao papel do Estado em relação às famílias:

[...] o Estado, longe de prescindir da família, deve assentar o trabalho da educação no apoio que ela dá à escola e na colaboração efetiva entre pais e professores, entre os quais, nessa obra profundamente social, tem o dever de restabelecer a confiança e estreitar as relações, associando e pondo a serviço da obra comum essas duas forças sociais - a família e a escola, que operavam de todo indiferentes, senão em direções diversas e às vezes opostas (MANIFESTO, 1932, p. 193).

Podemos perceber, desta forma, a Escola Nova, um dos movimentos mais importantes da época, defendia a ideia de que a educação fosse um dever do Estado, cabendo à família o apoio a escola num ato de colaboração. Já para

¹ Armanda Álvaro Alberto, uma das integrantes do grupo dos escolanovistas, fundou, em 1921 a Escola Proletária de Meriti, em Duque de Caxias, onde criou o Círculo de Mães – uma experiência inédita na busca de aproximação entre a escola e a família. Tanto para Armanda quanto para Cecília Meireles, outra integrante do grupo dos escolanovistas, é possível notar a importância conferida à família na participação na escola vista como uma real contribuição para esta. (MAGALDI, 2007)

² Os ideais dos escolanovistas foram condensados no manifesto, publicado em 1932, que previa uma mudança social na sociedade brasileira a partir de uma reforma na educação, no que refere-se à sua função social, sua finalidade, seu papel perante o Estado dentre outras mudanças. Redigido por Fernando de Azevedo e assinado por mais de 20 intelectuais pertencentes à Associação Brasileira de Educação, fundada em 1924

Armanda Álvaro Alberto e Cecília Meireles, também membros do movimento, defendiam a ideia de os ensinamentos da moral, por exemplo, deveriam ser apreendidos no lar, ainda que a escola fosse dotada de uma função educacional maior e incontestável.

Tanto Cecília Meireles como Armanda Álvaro Alberto insistiam em situar a família em um lugar subordinado ao da escola e dos educadores profissionais, torna-se fundamental assinalar que ambas conferiam ao papel educativo dos pais um valor incontestável. Cecília, por exemplo, qualificava o lar como “insubstituível” na educação da criança, já que, segundo sua visão, “os verdadeiros ensinamentos da moral não vão muito além do que se aprende no meio da família” (MAGALDI, 2007, p. 96).

Nas décadas seguintes, as mudanças pelas quais o país passava refletiram não só nas famílias, mas também na educação, nos trabalhos, na sociedade e na política. A partir da década de 1950 houve um movimento de reaproximação das famílias em relação à escola, no entanto durante a ditadura militar, entre 1964 a 1985, as escolas públicas brasileiras passaram por um processo de centralização e tornam-se menos abertas ao diálogo com as famílias e as comunidades.

Nesse contexto de transformações nas escolas e nas famílias a legislação acaba tornando-se um reflexo. Com a Constituição Federal de 1988, o conceito de família e o papel que a definia sofreram alterações.

As mudanças sociais aliadas à Constituição Federal de 1988 criaram novas configurações familiares admitindo a união estável, as famílias monoparentais e mais recentemente as homoafetivas. Hoje em dia, as famílias podem ser identificadas pela presença de um vínculo afetivo, sem necessariamente a necessidade de um casamento formal.

Tal concepção de família moderna substitui o modelo patriarcal e estabelece uma nova concepção social. A família tem sido entendida, por diversos teóricos como precursora da preparação para a vida em sociedade.

O art. 226 da Constituição Federal de 1988, que trata especificamente da família, por exemplo, dispõe que ela é a base da sociedade, tendo especial proteção do Estado.

§ 1º - O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º - O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º - Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º - Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5º - Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

§ 6º - O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio.

§ 7º - Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre de decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

§ 8º - O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações (BRASIL, 1988).

De acordo com o parágrafo 3º do art. 226, a união estável entre o homem e a mulher é reconhecida como entidade familiar perante o Estado. Outro ponto que demonstra o reflexo das mudanças sociais na legislação é o entendimento das relações homoafetivas como família, previsto no parágrafo 4º do art. 226, o que representa uma inovação com relação ao tradicional entendimento de família como a nuclear, por exemplo. Outra questão a ser evidenciada são as referências aos direitos e deveres iguais para homens e mulheres na relação conjugal, o que se configura como um importante avanço, uma vez que as responsabilidades atribuídas às mulheres nas décadas anteriores, especialmente em 1920 e 1930, enfatizavam a centralidade do papel feminino na manutenção do lar e na educação das crianças.

A família mesmo que em constante transformação ainda é vista como base da sociedade. Como afirma Singly “A família não desaparece, mas muda de sentido. Em lugar de se impor aos seus membros, a família se torna de alguma maneira um “serviço” que pode ser colocado à disposição dos indivíduos, preocupados em viver juntos” (p.170 ano 2007).

As famílias, de um modo geral, têm se adaptado às novas configurações de existência resultados das mudanças sociais que se estendem desde os conflitos entre os antigos e os novos valores até a coexistência de interações que envolvem aspectos cognitivos, sociais, afetivos e culturais. O que faz com que a família não seja mais definida apenas pelos laços de consanguinidade, mas também por diversos outros fatores, tais como: o significado afetivo das interações e das relações entre as pessoas, as formas de moradia, o compartilhamento de renda, que

combinadas, comportam a identificação de inúmeros tipos de famílias (PETZOLD, 1996 apud DESSEN; POLONIA, 2007).

Portanto, notamos que a instituição familiar é de extrema importância e tem uma ação mediadora na vida dos sujeitos. A maneira de agir, de comportar-se, de pensar tem uma íntima relação com os valores transmitidos no lar onde cresceu. Com as constantes mudanças na sociedade, alteraram-se também os padrões familiares, que vão absorvendo as mudanças psicológicas, sociais, econômicas, culturais e políticas, o que exige adequações e arranjos às realidades enfrentadas.

Alterando os desenhos tradicionais familiares, transforma-se também a função social de cada indivíduo, o que reflete, por conseguinte no desempenho de cada sujeito na sociedade. Desse modo, percebemos que a legislação muda de acordo com as alterações que vão ocorrendo na sociedade, conforme as mudanças econômicas e sociais que vão acontecendo e da mesma forma, a sociedade também se altera diante às modificações no contexto político.

2. CONCEITUANDO A ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO

Nesse segundo capítulo vamos escrever e refletir sobre dois temas importantes: a alfabetização e o letramento. Primeiramente vamos buscar o conceito de um e outro, analisando as suas diferenças e a sua importância para o mundo de hoje.

2.1 A alfabetização

Até pouco tempo atrás era possível dizer que a alfabetização era simplesmente o processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita. E para que isso fosse possível, poderiam ser utilizados métodos variados. O que importava, ao final, era que o indivíduo se tornasse capaz de ler e escrever.

Ao longo dos anos as transformações da sociedade foram contribuindo para que ocorressem diversas mudanças em diferentes contextos. Uma delas ocorreu no conceito de pessoa alfabetizada.

A partir dos anos 1980, o conceito de alfabetização foi ampliado com as contribuições dos estudos sobre a psicogênese da aquisição da língua escrita, particularmente com os trabalhos de Emilia Ferreiro e Ana Teberosky. De acordo com esses estudos, o aprendizado do sistema de escrita não se reduziria ao domínio de correspondências entre grafemas e fonemas (a decodificação e a codificação), mas se caracterizaria como um processo ativo por meio do qual a criança, desde seus primeiros contatos com a escrita, construiria e reconstruiria hipóteses sobre a natureza e o funcionamento da língua escrita, compreendida como um sistema de representação (BRASIL, 2007, p. 10)

As mudanças foram ocorrendo à medida em que se verificava uma necessidade muito além do saber ler e escrever, e se utilizar da leitura e da escrita no contexto social. Com relação a isso, tem-se que:

As alterações no conceito de alfabetização nos censos demográficos, ao longo das décadas, permitem identificar uma progressiva extensão desse conceito. A partir do conceito de alfabetizado, que vigorou até o Censo de 1940, como aquele que declarasse saber ler e escrever, o que era interpretado como capacidade de escrever o próprio nome; passando pelo conceito de alfabetizado como aquele capaz de ler e escrever um bilhete simples, ou seja, capaz não só de

saber ler e escrever, mas de já exercer uma prática de leitura e escrita, ainda que bastante trivial, adotado a partir do Censo de 1950; até o momento atual, em que os resultados do Censo têm sido frequentemente apresentados, sobretudo nos casos de das Pesquisas Nacionais por Amostragem de Domicílio (PNAD), pelo critério de anos de escolarização, em função dos quais se caracteriza o nível de alfabetização funcional da população, ficando implícito nesse critério que, após alguns anos de aprendizagem escolar, o indivíduo terá não só aprendido a ler e escrever, mas também a fazer uso da escrita (SOARES, 2003, p. 3).

A alfabetização se constitui num processo em que o indivíduo não apenas aprende a ler e a escrever, mas que precisa usar disso para a sua vida na sociedade. Complementando tem-se que:

A alfabetização envolve ainda o desenvolvimento de novas formas de compreensão e uso da linguagem de ma maneira geral, promovendo a socialização dos sujeitos, já que possibilita o estabelecimento de novos tipos de trocas simbólicas com outros, acesso a bens culturais e a facilidades oferecidas pelas instituições sociais (ALVES, 2009, p. 38)

Sendo assim, por meio da alfabetização, o indivíduo adquire o conhecimento da língua escrita que, em muito pode contribuir para a sua socialização. Através do uso das letras e das palavras passa a construir frases e textos que dão forma ao seu pensamento, suas idéias, a sua inserção no mundo.

A alfabetização consiste-se no processo de aquisição da leitura e da escrita. Processo esse que pode ser desenvolvido por intermédio de diversos métodos, que tem por objetivo, capacitar o indivíduo nas habilidades que envolvem leitura e escrita.

Por outro lado sabemos que a maioria dos métodos de alfabetização se restringem apenas à prática da leitura e da escrita, sem se preocupar na forma como esse indivíduo poderá interagir na sociedade por intermédio de ambas as habilidades. Mas o mundo de hoje valoriza muito a informação, e acredita-se que a informação não se consiste somente na leitura e na escrita.

2.2 Letramento

O conceito de letramento surge ainda na década de 80, inicialmente na Europa e nos Estados Unidos diante do problema da existência de pessoas que, embora alfabetizadas, não conseguiam dominar habilidades de leitura e escrita suficientes para lhe permitir uma maior participação nas práticas sociais que envolvam a língua escrita:

É na segunda metade dos anos 1980 que essa palavra surge no discurso de especialistas das Ciências Linguísticas e da Educação, como uma tradução da palavra da língua inglesa *literacy*. Sua tradução se faz na busca de ampliar o conceito de alfabetização, chamando a atenção não apenas para o domínio da tecnologia do ler e do escrever (codificar e decodificar), mas também para os usos dessas habilidades em práticas sociais em que escrever e ler são necessários (BRASIL, 2007, p. 11)

Não se trata de um tema antigo. O letramento é um tema contemporâneo, que certamente é o objeto de estudo de vários pesquisadores da área da educação.

Com relação ao tema letramento:

Esse novo fenômeno só ganha visibilidade depois que é minimamente resolvido o problema do analfabetismo e que o desenvolvimento social, cultural, econômico e político traz novas, intensas e variadas práticas de leitura e de escrita, fazendo emergirem novas necessidades, além de novas alternativas de lazer. Aflorando o novo fenômeno, foi preciso dar um nome a ele: quando uma nova palavra surge na língua, é que um novo fenômeno surgiu e teve de ser nomeado. Por isso, e para nomear esse novo fenômeno, surgiu a palavra letramento (SOARES, 2009, p. 46).

Essa questão é bastante ampla como se pode observar e a visão da autora contempla de certa forma a transformação a partir de uma visão do todo. Assim, frente as mudanças que iam ocorrendo era preciso mudar. Adequar-se aos novos tempos, de forma a suprir as necessidades que surgem. Nesse contexto Kleiman coloca que o termo letramento

[...] começou a ser usado nos meios acadêmicos como tentativa de separar os estudos sobre o impacto social da escrita dos estudos sobre a alfabetização, cujas conotações destacam as competências individuais no uso e na prática da escrita (KLEIMAN, 2008, p. 15).

Partindo da complexidade diante das diferentes concepções de letramento, é que se pode dizer que não há um conceito único, definitivo do tema. E com relação a essa questão é a própria Magda Soares nos diz que:

[...] dificuldades e impossibilidades devem-se ao fato de que o letramento cobre uma vasta gama de conhecimentos, habilidades, capacidades, valores, usos e funções sociais; o conceito de letramento envolve, portanto, sutilezas e complexidades difíceis de serem contempladas em uma única definição (SOARES, 2009, p. 65).

Vários autores construíram conceitos diferenciados de letramento. Assim, é quem nos apresenta como primeiro conceito de letramento é Soares, definindo-o como o “[...] saber ler e escrever em direção ao ser capaz de fazer uso da leitura e da escrita”. (SOARES, 2003, p. 7)

Já na visão de Kleiman em “O significado do letramento” define o termo como “um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos” (KLEIMAN, 1995, p. 19). Assim, partindo dessas reflexões, pode-se concluir que o letramento corresponde a uma forma mais ampla de alfabetização, onde o indivíduo aprende a ler e escrever com sentido.

Além do domínio da leitura e da escrita, consegue compreender e fazer o uso da linguagem escrita e oral na sociedade. A autora ainda enfatiza os aspectos social e utilitário do letramento.

Espera-se então que o indivíduo possa ser alfabetizado e letrado ao mesmo tempo, utilizando-se da leitura e da escrita em suas práticas sociais. Por outro lado, infelizmente é possível identificar ainda pessoas que são alfabetizadas, porém, não letradas.

2.3 Diferenças entre alfabetização e letramento

Acredita-se que é preciso ter claro que letramento e alfabetização são conceitos diferenciados uma vez que cada um deles lida com habilidades também diferenciadas. Por outro lado, ambos andam juntos no processo de aquisição da leitura e da escrita. No entanto, Soares (2003) afirma que:

que a alfabetização e o letramento são processos indissociáveis, mas diferentes em termos de processos cognitivos. De acordo com a autora, aprende-se a técnica (codificar e decodificar), mas também, a utilizar tais saberes nas mais variadas práticas sociais. Assim, um não está antes do outro, pelo contrário, devem ocorrer de forma simultânea.

Sendo assim, a alfabetização e letramento embora sejam processos diferenciados, andam juntos. Acredita-se que o trabalho deva ser feito no âmbito das duas perspectivas. E, dando prosseguimento a esse raciocínio, tem-se que:

Como já presumido, o fenômeno letramento está diretamente relacionado com a alfabetização. Especialistas como Soares e Batista (2004) afirmam que, com o passar do tempo, o conceito de alfabetização foi progressivamente ampliado por causa das exigências sociais e políticas, chegando ao ponto em que ser alfabetizado, apenas, não basta; tornou-se necessário fazer uso da leitura e da escrita nas práticas sociais em que a língua é necessária. Assim, com a ampliação progressiva da alfabetização, surgiu o termo letramento (LEITE E COELHO, 2011, p. 3)

A realidade é que apesar de todos os esforços para se por fim ao analfabetismo, observava-se que ainda assim, muitas pessoas tinham a dificuldade em compreender o texto escrito e até mesmo em traduzir em palavras as suas idéias.

Já não era mais uma questão de apenas saber ler e escrever, mas de aprender juntamente, sobre os usos e funções da leitura e da escrita para a vida cotidiana. Nessa perspectiva Soares o (2004, p.14) temos ainda que:

[...] a alfabetização desenvolve-se no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só se pode desenvolver no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema grafema, isto é, em dependência da alfabetização (SOARES, 2004, p. 14)

Embora exista uma diferença entre um e outro, ambos estão interligados, como bem coloca Magda Soares. Os objetivos podem ser considerados diferentes, pois a alfabetização preocupa-se com o código, sua compreensão e seu uso. Mas o letramento vai um pouco mais além. Dessa forma pode-se dizer que a alfabetização instrumentaliza o indivíduo para a leitura e a escrita.

Compreende-se então que o letramento é o uso da alfabetização contextualizado na sociedade, diante das necessidades de interação e comunicação do indivíduo.

2.4 A alfabetização na perspectiva do letramento

Analisar a alfabetização na perspectiva do letramento constitui-se numa tarefa complexa, pois em diversos momentos, como se pode observar até aqui, os mesmos se confundem, apesar da distinção entre ambos.

Tem-se o ato de alfabetizar como uma forma de permitir o letramento. Ou seja, através da alfabetização o indivíduo pode tornar-se letrado, dotado de fato, das habilidades de leitura e de escrita. Nesse contexto vários autores reconhecem a necessidade de se promover a alfabetização do indivíduo de forma mais contextualizada, assim sendo, na perspectiva do letramento.

Ou seja, ainda que se reconheça a alfabetização e o letramento como processos distintos, é importante reconhecer que a alfabetização remete à leitura e a escrita, enquanto o letramento se relaciona ao uso da leitura e da escrita em contextos mais amplos.

Nesse sentido Emilia Ferrero afirma que:

Porque alfabetização e letramento são conceitos frequentemente confundidos ou sobrepostos, é importante distingui-los, ao mesmo tempo que é importante também aproximá-los: a distinção é necessária porque a introdução, no campo da educação, do conceito de letramento tem ameaçado perigosamente a especificidade do processo de alfabetização; por outro lado, a aproximação é necessária porque não só o processo de alfabetização, embora distinto e específico, altera-se e reconfigura-se no quadro do conceito de letramento, como também este é dependente daquele. (FERRERO, 2003, p. 90)

Ferrero vem reforçar a ideia de que os termos são indissociáveis, embora diferentes. Acredita-se ser possível que há uma interdependência entre os mesmos, de forma que só o alfabetizar ou só o letrar não oferecerá ao indivíduo o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita. Surge nessa perspectiva a ideia de alfabetizar letrando.

Soares (2003, p. 11) leva a perceber uma aproximação entre os dois conceitos. Mas, devido às necessidades da sociedade atual, ávida por

conhecimento, as atenções tem se voltado de forma mais significativa para o letramento:

A alfabetização como processo de aquisição do sistema convencional de uma escrita alfabética e ortográfica. Foi, assim, de certa forma, obscurecido pelo letramento, porque este acabou por frequentemente prevalecer sobre aquela, que, como consequência, perde sua especificidade (SOARES, 2003, p. 11).

Ainda segundo Magda Soares, tal fato leva à chamada “desinvenção” (Soares, 2003, p. 8) da alfabetização, caracterizada principalmente pela perda de sua especificidade. E mais à frente completa ainda que:

Certamente essa perda da especificidade da alfabetização é fator explicativo – evidentemente não o único, mas talvez um dos mais relevantes – do atual fracasso na aprendizagem e, portanto, também no ensino da língua escrita nas escolas brasileiras, fracasso hoje tão reiterado e amplamente denunciado (SOARES, 2003, p. 11).

Diante disso, ao se trabalhar a alfabetização, recomenda-se que seja feito na companhia do letramento, desenvolvendo assim uma alfabetização com sentido. Onde por meio de atividades diferenciadas desde pequena a criança possa aprender a leitura e a escrita diretamente articulada aos seus usos e funções na sociedade. O que se propõe é o chamado ato de alfabetizar letrando.

Nessa perspectiva, o trabalho seria desenvolvido numa forma mais ampla, utilizando de práticas de leituras variadas, sempre atentando para o seu significado no contexto do dia a dia. Na verdade o que se propõe é que se aprenda de forma contextualizada, ou seja, fazendo o uso direto daquilo que se lê e se escreve.

Acredita-se que dessa forma a aprendizagem se torna mais dinâmica, atrativa e permite ao aluno aprender de forma prática e o mais importante: com significado.

3. IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DAS CRIANÇAS DAS SÉRIES INICIAIS

3.1 Metodologia

Para o desenvolvimento desta pesquisa optou-se pela realização do estudo de caso, procurando ouvir pais e professores por meio de perguntas relacionadas à questão da participação das famílias no processo de letramento e alfabetização das crianças das séries iniciais.

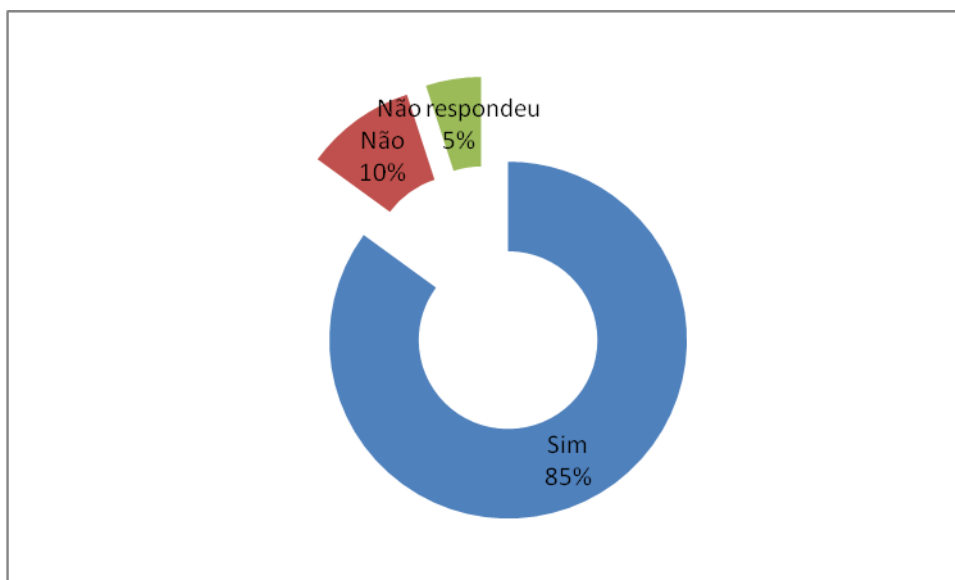
Assim, foram aplicados questionários junto a 20 pais e 3 professores das turmas de primeiro e segundos anos da Escola Sinhá Neves, de São João Del Rei.

3.2 Coleta de dados

Primeiramente, procederemos a análise das entrevistas realizadas junto aos pais dos alunos. Foram feitas 5 perguntas.

Ao perguntar aos pais se estes estimulam a leitura e a escrita de seus filhos, obtivemos a totalidade das respostas afirmativas. Embora não se tenha perguntado de que formas se dá esse processo, foi positivo perceber que os pais entrevistados procuram estimular a leitura e escrita de seus filhos.

Em seguida perguntou-se se costumam auxiliar nas tarefas de casa. Nesse instante, encontramos uma pequena variação da resposta, conforme pode ser observado no Gráfico 1:

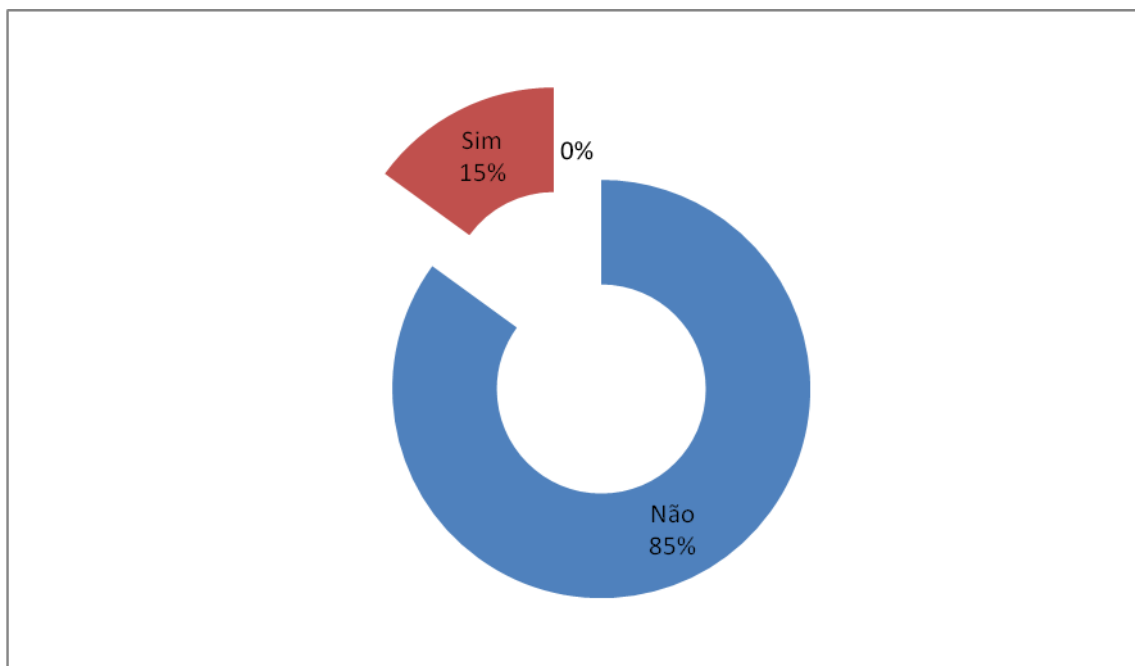
Gráfico 1: Acompanhamento nas tarefas

Fonte: Dados das entrevistas

Como podemos verificar a grande maioria dos entrevistados, 85% afirmou que acompanha as tarefas escolares. Um dos pais não respondeu. Um fato interessante chamou a atenção. Os dois pais que responderam não ajudar os filhos nas tarefas de casa, prontamente escreveram no questionário que não o fazem por contar com a ajuda de um professor particular para tal.

É possível compreender que a correria do dia a dia, o fato de que muitos pais trabalham e pouco tempo tem para se dedicar a estudar com seus filhos. O que se viu nesses dois pais, a princípio, foi um senso de responsabilidade: não faço, mas procuro que alguém faça isso por mim.

Ainda com relação às tarefas de casa perguntamos aos pais se eles tem alguma dificuldade em realizar as tarefas junto com seus filhos e os resultados estão descritos no Gráfico 2:

Gráfico 2: Dificuldades na realização de tarefas de casa

Fonte: Dados das entrevistas

As respostas encontradas nessa questão apontam que a maioria dos pais, 85% não apresenta dificuldades em realizar as tarefas com seus filhos. Entretanto, 15% deles afirmam possuir essa dificuldade. Tal afirmação nos leva a fazer uma nova reflexão sobre a questão anterior, de forma que podemos relacionar o fato de que alguns alunos podem ter professores particulares para ajudá-los nas tarefas de casa não somente devido ao fato dos pais estarem ausentes durante o dia por motivos de trabalho, mas também por apresentar dificuldades nesse sentido.

A quarta questão perguntava aos pais se eles costumam participar dos eventos que ocorrem na escola. Todos eles afirmaram que sim, que participam das atividades e eventos proporcionados da escola.

Essa é outra questão que merece aqui uma complementação. A escola em que foram aplicados os questionários é conhecida por cobrar dos pais uma presença efetiva na escola e para tanto, busca estar sempre proporcionando momentos diversos em que os pais participem e sempre cobra isso deles.

Em seguida perguntou-se aos pais se eles acreditam que a tarefa de alfabetizar cabe somente à escola. Todos afirmaram que não. Havia uma preocupação com relação a essa questão devido a importância de seu teor.

Sabemos que muitas vezes os pais tem transferido para escola funções que seriam específicas da família, como a educação primária das crianças, por exemplo. Foi bom verificar que embora na teoria, todos acreditam que a alfabetização não cabe somente à escola.

Por fim perguntou-se aos pais se estes se sentiam parceiros de seus filhos no processo de alfabetização. Todos disseram que sim.

Embora saibamos que nem sempre as respostas dadas sejam as mais sinceras possíveis, acreditamos que a aplicação do questionário ao menos levou os pais a refletirem sobre seu papel no processo de alfabetização de seus filhos.

Com relação ao questionário aplicado junto aos professores foram feitas quatro perguntas. Primeiramente, perguntou-se a elas se achavam importante os pais participarem no processo de alfabetização dos filhos. As três professoras entrevistadas afirmaram que sim, que consideram essa participação importante.

Em seguida, perguntou-se se no decorrer das reuniões de pais desenvolvem conversas a esse respeito. E novamente todas afirmaram que sim.

A terceira questão indagou às professoras se elas desenvolviam atividades para casa que permitiam a participação dos pais nesse processo e novamente todas responderam afirmativamente.

A quarta questão indagava às professoras como essas atividades enviadas aos pais são avaliadas. A primeira professora entrevistada afirmou que compreende essa parceria dos pais no processo de alfabetização, com estímulos e incentivos como algo de extrema importância. E acredita que assim a aprendizagem pode ser tornar mais prazerosa e significativa.

A segunda professora disse que os pais são parceiros e que essa parceria vai além da sala de aula e devem estar presentes em todo momento de estudo com seus filhos.

A terceira e última professora entrevistada afirma que na maioria das vezes essas atividades são bem pertinentes e contribuem de forma satisfatória para o desenvolvimento das crianças.

3.3 Análise dos resultados

Tendo em vista os resultados obtidos por meio das entrevistas entre pais e professores, é possível tecer algumas considerações.

Primeiramente, que há um entendimento entre escola e família que ambas são responsáveis pelo processo de alfabetização e letramento das crianças. Parceria essa que é construída ao longo do ano, alimentada pelos professores ao oferecerem atividades aos alunos para serem realizadas com o acompanhamento de seus pais.

Essa parceria se firma ainda quando nos encontros entre professores e pais, provavelmente nas reuniões, a importância dessa relação é enfatizada.

Outro ponto que foi aqui comentado no decorrer desse capítulo é o papel da escola, enquanto instituição, nesse processo. Bem dissemos que essa escola se preocupa com a participação dos pais na vida escolar de seus filhos de maneira que a presença destes na escola acaba sendo uma exigência.

Os pais, por sua vez, demonstram compreender a importância de se participarem desse processo de alfabetização dos seus filhos, especialmente afirmando trabalhar o estímulo a leitura e a escrita na sala de aula. Esse é um ponto que vemos como bastante positivo. Até porque a leitura é uma atividade que se desenvolvida cotidianamente pode se tornar um hábito bastante prazeroso.

Com relação a realização das tarefas embora alguns pais tenham mencionado que não as realizam junto com seus filhos, pode-se considerar de extrema importância a idéia de justificar afirmando que essas atividades são desenvolvidas com o auxílio de professores particulares. Embora não estejam diretamente presentes nesse momento, consideram a importância de ter alguém perto da criança. Dessa forma, demonstram compreender a importância desse momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui desenvolvido teve como objetivo investigar qual a importância da participação da família no processo de alfabetização e letramento das crianças. Isso uma vez que se entende que os pais podem ser colaboradores nesse processo, de forma a permitir que a aprendizagem do aluno ocorra da melhor forma possível.

Com essa finalidade, tratou inicialmente de fazer uma abordagem conceitual sobre os assuntos em questão. Primeiramente, foi feita uma reflexão sobre a relação entre a família e a escola, destacando não somente a importância de cada uma delas, mas também sobre o quanto é importante que escola e família tenham a consciência de que podem fazer muito pelos filhos.

No capítulo seguinte, abordou-se ainda a conceituação de alfabetização e letramento. Momento esse que permitiu que se fizesse uma diferenciação entre os termos, de modo que se compreendesse que na atualidade, alfabetização e letramento são temas indissociáveis, pois já não basta apenas conhecer o código e sim, utilizá-lo com sentido.

O terceiro capítulo trouxe o estudo de caso desenvolvido diretamente na escola. Para o seu desenvolvimento, contou com o questionário semiestruturado como instrumento de coleta de dados. As entrevistas foram feitas junto a pais e professores da escola.

Os dados, após coletados permitiram uma análise que leva a crer que a grande maioria dos pais se diz contribuir para o processo de alfabetização e letramento de seus filhos. Isso uma vez que todos os pais entrevistados afirmaram que estimulam a leitura e em sua maioria auxiliam nas tarefas. Os pais entrevistados afirmaram ainda compreender que a tarefa de alfabetizar não cabe somente à escola e que se sentem parceiros nesse processo.

Com relação aos professores estes disseram que acham fundamental a participação dos pais nesse processo e que inclusive abordam essa questão nas reuniões de pais.

As professoras entrevistadas informaram ainda que sempre que possível planejam suas atividades de casa permitindo a participação dos pais e assim, permitindo que a parceria aconteça.

Diante disso, ao longo do trabalho foi possível reconhecer que essa parceria entre a família e a escola, visando contribuir para o desenvolvimento do processo de alfabetização das crianças pode funcionar muito bem e é muito válida. Contudo, há de se chamar a atenção para o fato de que nem sempre todos os pais estão preparados para ajudar os filhos nas tarefas escolares ou até mesmo desenvolver atividades que contribuam para o desenvolvimento do processo de alfabetização dos filhos.

Diante disso, e uma vez que a escola já reconhece a importância dessa parceria, sugere-se que os professores promovam, ao longo do ano, quer seja através de reuniões, encontros ou outros mecanismos, orientações que lhes permitam contribuir ainda mais com esse processo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Bruna Pereira. As distintas concepções acerca dos conceitos de alfabetização. IN: Revista Urutágua – revista acadêmica multidisciplinar – Nº 17 – dez.2008/jan./fev./mar. 2009 – Quadrimestral – Maringá – Paraná – Brasil – ISSN 1519-6178.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_0510.1988/CON1988.pdf Acesso em 26/02/15

BRASIL. Pró Letramento. Alfabetização e linguagem 2007.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa. **Modos de Educação, gênero, e relação escola família**. In: Revista Brasileira de Educação, Jan-Abr, número 025. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação- São Paulo, 2004.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLÔNIA, Ana da Costa. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano**. Brasília-DF. Paidéia, 2007.

FERREIRO, Emilia. “Alfabetização e cultura escrita”, Entrevista concedida à Denise Pellegrini In *Nova Escola – A revista do Professor*. São Paulo, Abril, maio/2003, pp. 27 – 30.

KLEIMAN, Ângela. Os significados do letramento. São Paulo: Mercado de Letras, 1995.

KLEIMAN, Ângela. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, Angela B. (Org.). Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

LEITE, Josieli Almeida de Oliveira e BOTELHO, Laura Silveira. Letramentos múltiplos: uma nova perspectiva sobre as práticas sociais de leitura e escrita. IN: Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery. Curso de Pedagogia - N. 10, JAN/JUN 2011. Disponível em: <http://re.granbery.edu.br> . Acesso em abril de 2015

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. **Lições de casa**: discursos pedagógicos destinados a família no Brasil. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2007.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA de 1932. In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº especial, p.188–204, ago. 2006 -ISSN: 1676-2584.

NOGUEIRA, Maria Alice. **A relação família-escola na contemporaneidade:** fenômeno social/interrogações sociológicas. In: Caderno de Resumos do Seminário Escola e Modernidades -. Lisboa -Portugal: ICS -Universidade de Lisboa, 2005. v. 1. p. 8-8.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **Um novo capital cultural:** pré-disposições e disposições à cultura informal nos segmentos com baixa escolaridade. In: Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 90, p. 77-105, Jan./Abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v26n90/a04v2690> Acesso em: 6/02/2015.

SINGLY, François de. **Sociologia da Família Contemporânea.** Tradução Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007

SOARES, Magda. As muitas facetas da alfabetização. In: Alfabetização e letramento. São Paulo: Contextos, 2003.

SOARES, Magda Letramento e Escolarização. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). Letramento no Brasil. São Paulo: Global, 2004.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

ZAGO, Nadir. **A relação escola-família nos meios populares:** apontamentos de um itinerário de pesquisa. In: Dayrell, Juarez, Nogueira, M. A., RESENDE, José Manuel, Vieira, Maria Manuel (Orgs.). Família, escola e juventude: olhares cruzados Brasil -Portugal. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

